

BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

---

**Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.**  
Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

## Índice

Informações Gerais.....	3
Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração .....	4
Relatório do Conselho de Administração .....	5
Relatório do Auditor Independente.....	14
Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais.....	19
Demonstração da Posição Financeira .....	20
Demonstração das Variações no Capital Próprio .....	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	22
Políticas Contabilísticas Significativas.....	23
Notas às Demonstrações Financeiras .....	36

## Informações Gerais

<b>País de constituição e domicílio</b>	Moçambique
<b>Natureza do negócio e actividades principais</b>	Prestação de serviços financeiros a retalho
<b>Conselho de Administração</b>	Nuno Pedro Silveira Quelhas Alison Blanchard Falecida Bene Machatine Edgar Baloi Grant Colin Kurland Michael John Mocke Nazir Bhikka Resignou Suzette José Dalsuco Resignou Nothando Ndebele Recém-nomeado Ranganai Mubaiwa Recém-nomeado
<b>Endereço comercial</b>	Avenida 25 de Setembro No 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
<b>Empresa-mãe</b>	Bayport Management Ltd. constituída na República das Maurícias
<b>Bancos</b>	Absa Bank Moçambique, S.A. Access Bank Mozambique, S.A. Banco Commercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Banco Société Générale Moçambique, S.A. First National Bank Moçambique, S.A. Millenium BIM Banco Internancional de Moçambique, S.A. Moza Banco, S.A. Nedbank Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A
<b>Auditores</b>	BDO Limitada Avenida 25 de Setembro 1230 3º Andar Edifício 33 Andares Maputo, Moçambique
<b>Advogados</b>	CGA Advogados Av. 24 de Julho No 7, 7 Andar Maputo Moçambique
<b>Número de registo do Banco</b>	100312530

## Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas, incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa) Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Banco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Banco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envida esforços para minimizá-lo, assegurando que a infraestrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela direcção, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Banco do exercício a findar em 31 de Dezembro de 2021 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Banco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Banco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Banco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Banco e o seu relatório é apresentado nas páginas 14 e 18.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 19 a 59, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 23 de Março de 2022 e foram assinadas em seu nome por:

### Conselho de Administração



Administrador Financeiro



Administrador Delegado



## Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações Financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Banco") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

### 1. Constituição

O Banco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

### 2. Natureza do Negócio

O Banco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Banco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa à natureza da actividade do Banco relativamente ao exercício anterior.

#### Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes.

Para alcançar este objectivo, a Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

A Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e libertação financeira para as comunidades que servimos.

#### O que aspiramos: Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

#### Nossas crenças: Os nossos valores

##### Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

##### Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

##### Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhore a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito de empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

##### Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam repercutir nos consumidores. Simples de promover e sem custos desnecessários. Uma promessa da marca expressa da maneira mais simples e sincera-de pensar.

## 2. Natureza do negócio (continuação)

### Simplicidade (continuação)

A simplicidade deve ser o mecanismos de orientação relativamente a forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos, como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

### Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

### Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se..."

- é bom para o nosso cliente?
- agrega valor ou apoia a família Bayport?
- respeita o critério de custo-benefício?
- é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

## 3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Banco constam das demonstrações financeiras.

### Economia

A uma escala global, o Banco Mundial através do seu prospecto económico global publicado em Janeiro de 2022, declarou que, após ter recuperado para um valor estimado de 5,5% em 2021, espera-se que o crescimento global desacelere para 4,1% em 2022, reflectindo a continuação da COVID-19, a diminuição do apoio fiscal, e a persistência de estrangulamentos na oferta. As perspectivas a curto prazo para o crescimento global são algo mais fracas, e para uma inflação global notavelmente mais alta, do que anteriormente previsto, devido ao ressurgimento da pandemia, preços mais elevados dos alimentos e da energia, e perturbações mais perniciosas do abastecimento. Prevê-se que o crescimento global se reduza ainda mais para 3,2% em 2023, à medida que a procura reprimida diminui e as políticas macroeconómicas de apoio continuam a ser desenroladas. Embora se preveja que a produção e o investimento nas economias avançadas regressem às tendências pré-pandémicas, nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento (EMDEs), particularmente nos pequenos Estados e nos países frágeis e afectados por conflitos, estas permanecerão nitidamente abaixo, devido a taxas de vacinação mais baixas, políticas fiscais e monetárias mais restritivas e cicatrizes mais persistentes da pandemia.

A nível local, o Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu relatório de Contas Nacionais para o quarto trimestre de 2021 publicado em Fevereiro de 2022, declarou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,16% para o ano. Este crescimento nem sempre foi igual, já que a maior parte do crescimento ocorreu nos últimos dois trimestres (3,36% no terceiro trimestre e 3,32% no quarto trimestre), tendo o segundo trimestre registado um crescimento de 1,97% que teria sido pouco impressionante se não fosse os 0,12% registados no primeiro trimestre. Este crescimento impressionante nos últimos dois trimestres surgiu do sector primário, particularmente da indústria mineira, bem como da agricultura, da pecuária, da caça, da silvicultura e da indústria madeireira.

A taxa de inflação anual para 2021 foi de 6,74%, o que foi mais elevado do que em 2020, quando a inflação foi de apenas 3,52%. As categorias de alimentos e bebidas não-alcoólicas, restaurantes, hotéis e cafés foram as que mais contribuíram para o aumento dos preços em 2021.



### 3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Economia (continuação)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou que o crescimento em Moçambique deverá aumentar ainda mais em 2022, reflectindo uma recuperação mais ampla da economia não-LNG. A longo prazo, prevê-se um crescimento não-GNL de 4% (conservador em relação às taxas históricas, potenciais ligações com o sector do GNL e possibilidades de diversificação). O crescimento global aumentará acentuadamente à medida que os projectos de GNL começarem a produzir, actualmente esperados em 2023 e 2026. Embora o desempenho agrícola possa ser mais forte do que o previsto em 2022, considerando as condições meteorológicas favoráveis previstas, novas vagas de infecção por Covid-19 poderão provocar medidas de confinamento, enquanto que as empresas, incluindo empresas estatais, foram enfraquecidas pelos balanços da crise de Covid-19. Isto, como resultado, reduz as possibilidades de investimento, e potencialmente enfraquece a qualidade dos activos do sector bancário ao longo do tempo. A vulnerabilidade a catástrofes naturais e os efeitos das alterações climáticas são uma vulnerabilidade recorrente, tal como a deterioração renovada da situação de segurança que poderia atrasar ou parar ainda mais os projectos de GNL.

Segundo o FMI, mais uma vez, embora as autoridades tenham gerido a crise com prudência até agora, o elevado endividamento e a limitação do financiamento limitam a política fiscal. As receitas governamentais resistiram bem desde o início da pandemia, mas as pressões sobre as despesas intensificaram-se devido à situação de segurança e humanitária no norte do país, às despesas relacionadas com a Covid-19 (incluindo o lançamento da vacina) e a uma reforma da remuneração do sector público. As dificuldades económicas das empresas públicas e passivos contingentes (de cerca de 10% do PIB) das dívidas contestadas associadas ao Proindicus e ao MAM representam riscos, enquanto a depreciação da taxa de câmbio poderia aumentar a dívida pública e garantida publicamente.

Tendo reduzido uma das principais taxas de referência, a Overnight Interbank Rate (MIMO) em 2020 por duas vezes por 250bps acumulados, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) decidiu aumentar esta taxa em 300bps para 13,25%. Isto foi de alguma forma surpreendente dados os movimentos de 2020, mas numa análise mais profunda, fez sentido, tendo em conta as fragilidades económicas trazidas pela pandemia de Covid-19 e a guerra nas partes setentrionais do país. O resto das taxas de referência, a Facilidade de Depósito Permanente (SDF), a Facilidade de Empréstimo Permanente (SLF), e as taxas de juro Prime Lending (PLR) também seguiram em grande parte o mesmo caminho, levando as taxas a 10,25%, 16,25% e 18,60% respectivamente. Por outro lado, em Setembro de 2021, o Banco Central reduziu o rácio de reservas mínimas para responsabilidades em moeda nacional e estrangeira de 11,50% e 34,50% para 10,50% e 11,50%, respectivamente. Esta foi provavelmente uma tentativa de aumentar a liquidez no mercado.

#### Desempenho financeiro

A economia de Moçambique continua a atravessar tempos muito delicados e incertos, embora se espere um ligeiro retorno do crescimento da economia. Assim, a pandemia de Covid-19 impulsionou uma nova dinâmica empresarial e Bayport, fazendo parte do ecossistema, teve de se adaptar a este novo paradigma a fim de reduzir o impacto na capacidade operacional e na geração de negócios.

O rendimento dos juros cresceu 19,96% de MZN 3,64 mil milhões para MZN 4,37 mil milhões, apoiado por um crescimento proporcional na carteira de empréstimos de 28,57%. As despesas operacionais aumentaram 22,64% em consonância com o aumento das operações, bem como com a flexibilização da gestão de restrições estritas às despesas apenas ao essencial do negócio. No entanto, o Banco continua a implementar esforços de contenção de custos para mitigar o potencial impacto negativo da continuada pandemia de Covid-19 e, ainda assim, apoiar o crescimento da carteira de empréstimos.

O metical apreciado em 15,15% em 2021, de MZN 75,04 a MZN 63,83, após uma apreciação extraordinária de 23,47% a MZN 57,59 no primeiro semestre de 2021. O metical permaneceu estável desde Setembro de 2021. Com esta valorização global, o ganho cambial total registado durante o ano foi de 134,97 milhões de MZN, o que representa uma melhoria significativa em relação à perda de moeda estrangeira de 228,84 milhões de MZN registada em 2020.

As despesas de imparidade diminuíram 41,20% de MZN 218,79 milhões em 2020 para MZN 128,66 milhões. Isto resultou na redução do custo do risco que diminuiu de 2,44% em 2020 para 1,31%. O lucro após impostos aumentou substancialmente de MZN 392,62 milhões registados em 2020 para MZN 849,93 milhões.

### 3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Indicadores do desempenho financeiro

Rentabilidade	2021 (MZN)	2020 (MZN)
Juros e rendimentos similares	4,370,589,119	3,643,466,246
Rendimento líquido de juros	2,583,463,851	2,123,601,714
Serviços e comissões líquidas	(2,144,246)	(20,094,266)
Rendimentos operacionais	2,723,996,075	1,874,623,422
Gastos Operacionais	1,314,744,782	1,071,993,711
Gastos de imparidade	128,659,278	218,791,314
Lucro do exercício	866,047,298	392,618,271
<b>Posição financeira</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	14,016,548,534	10,901,957,205
Depósitos de clientes	3,581,595,678	2,767,710,888
Capital próprio	3,844,597,861	2,608,801,606
<b>Rácios</b>		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	19.83%	10.84%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	26.91%	16.27%
Empréstimos de cobrança duvidosa/Empréstimos brutos	2.19%	1.55%

A margem de lucro líquida aumentou de 10,84% para 19,83% principalmente devido ao desempenho financeiro globalmente favorável, tal como observado no aumento dos juros e outros rendimentos semelhantes, nos ganhos cambiais em moeda estrangeira, bem como na diminuição das despesas por imparidade. A rentabilidade dos capitais próprios também aumentou de 16,27% para 26,41% no mesmo período devido ao aumento da rentabilidade, apesar do aumento do capital social de MZN 371,43 milhões recebidos em 2021. O rácio de crédito mal parado, no entanto, aumentou de 1,55% para 2,19% devido a significativos abates efectuados no ano anterior de 2020, que resultaram numa taxa excepcionalmente mais baixa nesse ano.

Para continuar na sua trajectória de crescimento, a Bayport abraça desafios que garantem a adequação da liquidez, reforçada pela sólida capacidade de financiamento dos accionistas e pelo desempenho favorável dos nossos activos. O aumento do volume de negócios foi estrategicamente alinhado com os investimentos correspondentes em sistemas administrativos, capital humano e tecnologias de informação em anos anteriores para proporcionar a máxima eficiência ao longo de toda a cadeia de valor.

O mercado também continuou a ser bastante receptivo ao produto de captação de depósitos, resultando num aumento do saldo de MZN 2,73 mil milhões no início do ano para MZN 3,58 mil milhões no final do ano. Assim sendo, os depósitos continuam a desempenhar um papel importante no nosso financiamento.

O efeito continuado da pandemia da COVID-19 resultou num baixo número de clientes que visitaram as agências devido a restrições impostas pelo governo às suas actividades.- Contudo, isto não teve qualquer impacto na nossa rentabilidade e capacidade de continuar como uma preocupação contínua, devido ao nosso modelo de negócio de ir ao encontro dos clientes.

#### Recursos Humanos

O Banco embarcou num exercício de racionalização do pessoal para remover posições redundantes tanto no centro como nas agências, juntamente com a redução da rede de agências, tal como explicado na secção seguinte. No entanto, houve acréscimos em áreas que se considerou necessitarem de reforço, o objectivo é reduzir a presença a nível de agências através da digitalização do processo de originação do empréstimo. Em Dezembro de 2021, o número de efectivos, incluindo a direcção, era de 150, repartidos da seguinte forma em termos de género.

	2021	2020
Feminino	56	88
Masculino	94	113
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>201</b>

Devido à pandemia de Covid-19, houve um congelamento contínuo dos cursos de formação externos, implementado pela primeira vez em 2020. A Bayport fez uso de formação interna de *eLearning* na plataforma *Moodle* onde os funcionários receberam formação interna sobre tópicos como Sensibilização Covid-19, Branqueamento de Capitais, Fraude, Serviço ao Cliente e Sensibilização para o Risco.

### Rede de Agências

O número total de agências existentes era de 11 no final do ano, reduzido de 18 em 2020, uma vez que a empresa iniciou a digitalização, o que encerrou uma série de agências redundantes. No entanto, as agências continuam a ser amplamente distribuídas mesmo após o encerramento destas, com pelo menos uma agência em cada província, reforçando a inclusão financeira. As restantes 11 agências estão localizadas da seguinte forma:





### **3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)**

#### **Gestão de risco**

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e conformidade. O Banco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que tem a responsabilidade de tomar a dianteira na gestão dos activos e passivos. O ALCO, que é composto por membros da administração, reporta ao comité de ARC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável na realização de negócios. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco

#### **Risco de liquidez**

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

#### **Risco de taxas de juro**

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

#### **Gestão de risco do capital**

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco Central tem emitidos regulamentos que estabelecem o montante de capital que todos os bancos devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. Por forma a manter ou de ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos a pagar aos accionistas, devolver o capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistentemente com outros sectores de actividade, o Banco também monitora o capital com base no rácio de alavancagem.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do Banco situava-se em 15.35%, acima do limite mínimo. No entanto, cientes do crescimento esperado do banco e do impacto que este crescimento teria na rácio desolvabilidade.

#### **Risco cambial**

O Banco está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições cambiais, principalmente através de empréstimos e contas a pagar e, saldos bancários em moeda estrangeira em dólares dos Estados Unidos e Rands Sul-africanos. Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

### 3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

#### Política anti-fraude

O Banco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Banco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

### 4. Capital Social

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd.	2,748,238,031	99.00
Whatana Investments	13,880,807	0.50
Outros particulares	13,880,807	0.50
<b>Total</b>	<b>2,775,999,645</b>	<b>100.00</b>

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento do capital social emitido.

### 5. Dividendos

Nenhum dividendo foi declarado ou pago aos accionistas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (2020: nulo).

O conselho de administração não recomenda a distribuição de dividendos para o corrente exercício.

### 6. Governação

A estrutura de governação do Banco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comités. No final do ano, existiam quatro comités em funcionamento, a saber, o Comité de Auditoria, Risco e Conformidade (ARC); o Comité de Crédito e o Comité de Remuneração (REMCO). O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade (ARC) criou um sub comité, nomeadamente, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão corrente do Banco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções ao Comité Executivo, que é chefiado pelo Director Executivo.

#### 6.1 Conselho Fiscal Único

O fiscal Único do Banco durante o corrente exercício foi a CW Ducker.

#### 6.2 Mesa da Assembleia Geral

Hon. Prof Jose Mateus Katupha Rita Donato (CGA)	Presidente Secretária da Empresa	Resignou
--	-------------------------------------	----------

### 6.3 Administradores

Os Administradores do Banco durante e até à data do presente relatório são como se segue:

Nuno Pedro Silveira Quelhas	Presidente	
Alison Blanchard	Administrador não-Executivo	Falecida
Bene Machatine	Administrador Executivo	
Edgar Baloi	Administrador não-Executivo	
Grant Colin Kurland	Administrador não-Executivo	
Michael John Mocke	Administrador não-Executivo	
Nazir Bhikka	Administrador não-Executivo	Resignou
Nothando Ndebele	Administrador não-Executivo	Nomeado
Ranganai Mubaiwa	Administrador Executivo	Nomeado
Suzette José Dalsuco	Administrador não-Executivo	Resignou

### 6.4 Composição dos Comitês do Conselho

Em 31 de Dezembro de 2021, o Conselho de Administração e os Comitês de Gestão eram os seguintes:

#### Comité de Auditoria, Risco e Conformidade

Edgar Baloi	Presidente	
Alison Blanchard		
Oswaldo Nhampossa		

#### Comité de Crédito

Chris Lubbe	Presidente	
Bene Machatine		Resignou
Nothando Ndebele		Nomeado
Oswaldo Nhampossa		Nomeado
Ranganai Mubaiwa		Resignou

#### Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Bene Machatine	Presidente	
Beatriz Dias		Nomeado
Francisco Orlando		Nomeado
Jarryd Lobley		
Ranganai Mubaiwa		

#### Comité de Remuneração

Nothando Ndebele	Presidente (Interino)	Nomeado
Edma Cumbane		Resignou
Hayley van Heerden		
Nazir Bhikka		Resignou

#### Comité Executivo

Bene Machatine	Administrador Delegado	
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro	
Francisco Orlando	Administrador Comercial e de Operações	Nomeado

### 7. Eventos após o período de relato

Os administradores não têm conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

### 8. Empresa-mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd. que foi constituída na República das Maurícias.

### 9. Auditores

De acordo com as regras de rotação obrigatórias, a Deloitte resignou ao cargo de auditor após a aprovação das demonstrações financeiras de 2020 e foi substituída pela BDO Limitada em Março de 2021, em conformidade com o Decreto n.º 65/2011 de 21 de Dezembro de 2011.










**10. Proposta de aplicação de lucros**

Propõe-se que MZN 259.814.190, representando 30% do lucro realizado em 2021, seja transferido para uma reserva legal em conformidade com os requisitos legais (Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 em particular).

- É ainda proposto que o restante do lucro, no montante de MZN 606.233.108, seja transferido para resultados transitados de modo a aumentar o capital próprio da empresa ("Fundos Proprios").

As demonstrações financeiras apresentadas nas páginas 19 - 59, que foram preparadas com base na continuidade das actividades, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 23 de Março de 2022, e assinadas em seu nome por:

		
<b>Nuno Pedro Silveira Quelhas (Presidente)</b>		<b>Bene Machatine (Administrador Delegado)</b>
		
<b>Edgar Baloi (Administrador)</b>		<b>Grant Colin Kurland (Administrador)</b>
		
<b>Michael John Mocke (Administrador)</b>		<b>Nothando Ndebele (Administradora)</b>
		
<b>Ranganai Mubaiwa (Administrador Financeiro)</b>		



Tel: 258 21 300720  
Fax: 258 21325091  
Email: bdo@bdo.co.mz  
www.bdo.co.mz

Av. 25 de Setembro  
nº 1230, 3º andar Bloco 5  
Maputo-Moçambique  
CP 4200

AOS ACCIONISTAS DA  
BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A.  
MAPUTO

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

### *Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A., que compreendem o balanço em 31 Dezembro 2021 (que evidencia um total activos de MZN 16 928 915 710 e um total de capital próprio de MZN 3 844 597 861, incluindo um resultado líquido de MZN 866 047 298), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A., em 31 de Dezembro 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

### *Base para a opinião*

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da Entidade nos termos das Normas de Ética dos Contabilistas Profissionais Código e Ética da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### *Outras matérias*

As demonstrações financeiras da entidade relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2020 foram auditadas por uma outra sociedade de auditoria que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações, em 16 de Abril de 2021.

### *Matérias relevantes de auditoria*

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

1/5



1 Imparidades de empréstimos e adiantamento a clientes no montante de MZN 414 847 077	
Matéria relevante de auditoria	Resposta de auditoria à matéria relevante de auditoria
<p>O Banco adoptou a NIRF 9 - "Instrumentos financeiros" com referência a 1 de Janeiro de 2017. Esta norma exige que as perdas por imparidade sejam avaliadas com base nas perdas de crédito esperadas (PCE). A determinação da imparidade requer julgamentos significativos e, por conseguinte, identificamos que a imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes como matéria relevante de auditoria.</p> <p><i>Exatidão do modelo de cálculo de PEC</i></p> <p>O modelo de PEC aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros rendimento integral, activos de locação, e determinados compromissos de crédito, bem como contratos de garantias financeiras.</p> <p>De acordo com a NIRF 9, as perdas por imparidade são mensuradas considerando as seguintes bases:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ PEC para 12 meses que resultam de possíveis eventos de incumprimento nos 12 meses subsequentes à data de relato.</li><li>▪ PEC para o tempo de vida que resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento durante o tempo de vida de um instrumento financeiro.</li></ul> <p>A avaliação da PEC de um activo financeiro ou de uma carteira de activos financeiros envolve estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e das correlações de incumprimento entre as contrapartes. A entidade mensura a PEC usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição em incumprimento (EAD) e a perda dada o incumprimento (LGD). Esses três componentes são multiplicados e ajustados para a probabilidade de incumprimento. A PEC calculada é então descontada usando a taxa de juros efectiva do activo financeiro</p> <p>Remetemos para as seguintes notas às demonstrações financeiras, sua análise detalhada:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Nota 1.4: Instrumentos financeiros - imparidade de activos financeiros;</li><li>▪ Nota 12: Perdas de crédito esperadas (perdas por imparidade) em empréstimos e recebíveis;</li><li>▪ Nota 12: Crédito a clientes; e</li><li>▪ Nota 31.1: Risco de crédito.</li></ul> <p>Em 31 de Dezembro de 2021, o crédito bruto aos clientes sem garantias ascende a MZN 14 431 395 611 e a perda esperada de crédito (PCE) reconhecida ascende a MZN 414 847 077.</p> <p>A PCE foi calculada aplicando a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 - Instrumentos Financeiros (NIRF 9), tal como descrito na nota 31.1 às demonstrações financeiras.</p> <p>A PCE representa a melhor estimativa da Administração da PCE na carteira de crédito a</p>	<p>A nossa auditoria responde à matéria relevante de auditoria da seguinte forma:</p> <p>Obtivemos um entendimento e testamos os controlos relevantes existentes para quantificar as perdas por imparidade no crédito a clientes, que incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O processo de aprovação do crédito a clientes;</li><li>▪ O cálculo do rendimento de juros; e</li><li>▪ O cálculo da PCE.</li></ul> <p>Validámos a integridade matemática e os resultados do modelo da PCE, incluindo a integridade e a exatidão dos dados, mediante comparações com fontes de dados relevantes. Não anotámos excepções materiais.</p> <p>Para abordar as principais áreas significativas de julgamento e estimativa na determinação da PCE no crédito a clientes, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <p><i>Avaliação do aumento significativo no risco de crédito</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fazendo uso da experiência dos nossos peritos internos em avaliação, testamos numa base de amostragem a aplicação dos critérios de avaliação do aumento significativo no risco de crédito (ASRC) para determinar se ocorreu um ASRC e se o estágio de imparidade da NIRF 9 reflecte correctamente os resultados. A avaliação envolveu a verificação do cálculo efectuado pelo sistema do número de dias em atraso nos clientes abrangidos pela amostra.</li><li>▪ Não anotamos excepções.</li></ul> <p><i>Inclusão de informação prospectiva e variáveis macroeconómicas na PCE</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Usando a experiência dos nossos peritos internos em avaliação, comparamos os pressupostos utilizados no modelo económico prospectivo com dados independentes de mercado, em particular os cenários prospectivos utilizados, as variáveis macroeconómicas consideradas e as perspectivas macroeconómicas. Constatamos que os pressupostos da Administração estão em linha com os dados de mercado.</li><li>▪ Fazendo uso da experiência dos nossos peritos internos em avaliação, testamos a exactidão e a sensibilidade do modelo prospectivo para avaliar se os factores macroeconómicos escolhidos e a adequação do modelo proporcionam uma representação razoável do impacto das alterações macroeconómicas nos resultados da PCE. Este teste foi efectuado aplicando o conhecimento dos nossos peritos do ambiente económico em que o Banco opera.</li><li>▪ Com base no trabalho efectuado, aceitamos o modelo usado pela gestão.</li></ul> <p><i>Calibração das componentes do modelo estatístico da PCE (Probabilidade de incumprimento, exposição ao</i></p>



clientes em 31 de Dezembro 2021. A estimativa da PCE é complexa e requer o uso de modelos porquanto a exposição varia com as alterações nas condições de mercado, fluxos de caixa esperados e a passagem do tempo.

As principais áreas de julgamento e estimativa significativa da Administração no cálculo da PCE encontram-se divulgadas nas notas 1.4 e 31.1 das demonstrações financeiras.

Considerámos que a PCE do crédito a clientes é um assunto de maior importância para a nossa auditoria do ano em curso devido ao grau de julgamento aplicado pela Administração na sua determinação e pelo facto de ser material nas demonstrações financeiras.

*incumprimento e perdas em caso de incumprimento)*

- Através de discussões com a gestão, obtivemos um entendimento das metodologias utilizadas para identificar e calibrar as várias componentes do modelo de PCE que utilizam informação histórica para estimar os fluxos de caixa futuros e avaliamos a conformidade da metodologia com os critérios da NIRF 9.
- Avaliamos numa base de amostragem os dados utilizados no modelo de PCE através da comparação destes com informação relevante de clientes.

**Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas**

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação, em consequência, considerar se essa outra informação é relevante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.

**Responsabilidades do conselho de administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.



### *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria, e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação no uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso-relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.  
Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

**BDO (MOÇAMBIQUE), LDA**

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

ABDUL SATAR A. HAMID **BDO**

Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid

Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 23 de Março de 2022

## Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais

Valores em Meticais	Nota(s)	2021	2020
Juros e rendimentos similares	3	4,370,589,119	3,643,466,246
Juros e gastos similares	4	(1,787,125,268)	(1,519,864,532)
<b>Rendimento líquido de juros</b>		<b>2,583,463,851</b>	<b>2,123,601,714</b>
Rendimentos de serviços e comissões	5	86,764,762	76,320,578
Gastos com serviços e comissões	5	(88,909,008)	(96,414,844)
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	5	<b>(2,144,246)</b>	<b>(20,094,266)</b>
Rendimentos operacionais líquidos	6	134,971,929	(228,837,526)
Outros rendimentos		8,523,145	-
Rendimento de activos móveis disponíveis para venda		(818,604)	(46,500)
<b>Rendimentos operacional</b>		<b>2,723,996,075</b>	<b>1,874,623,422</b>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e créditos e contas a receber	12&13&31.1	(128,659,278)	(218,791,314)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>2,595,336,798</b>	<b>1,655,832,108</b>
Gastos com o pessoal	7	(513,585,274)	(474,664,122)
Depreciações e amortizações	15&16&17	(199,985,227)	(90,423,461)
Outros gastos operacionais	8	(601,174,281)	(506,906,128)
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>1,280,592,015</b>	<b>583,838,397</b>
Imposto corrente	9.1	(338,042,495)	(157,162,215)
Imposto diferido	9.1	(76,502,222)	(34,057,911)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>866,047,298</b>	<b>392,618,271</b>
Outros rendimentos integrais		-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>866,047,298</b>	<b>392,618,271</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.



## Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota	2021	2020
<b>Activos</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	491,106,145	282,769,581
Depósitos em outras instituições financeiras	11	299,443,630	152,441,778
Empréstimos a adiantamentos a clientes	12	14,016,548,534	10,901,957,205
Outros activos	13	50,344,853	61,763,143
Outros activos financeiros	14	1,439,954,479	1,271,286,876
Activos tangíveis	15	83,888,201	77,362,009
Ativos sob direito de uso	16	103,176,635	191,783,183
Activos intangíveis	17	434,726,220	562,282,904
Activos por impostos correntes	9.2	201,686	400,000
Activos por impostos diferidos	9.3	9,525,327	83,360,569
<b>Total de Activos</b>		<b>16,928,915,710</b>	<b>13,585,407,248</b>
<b>Passivos e Capital Próprio</b>			
<b>Passivos</b>			
Recursos de clientes	18	3,581,595,678	2,767,710,888
Recursos de instituições de crédito	19	60,525,669	369,553
Outros passivos	20	521,066,157	335,007,644
Locação financeira	21	127,472,363	225,726,248
Empréstimos	22	6,582,949,799	4,717,270,300
Empréstimos dos accionistas	23	2,006,406,781	2,789,994,726
Impostos a pagar	9.2	201,634,422	140,526,283
Passivos por impostos diferidos	9.3	2,666,980	-
<b>Total dos Passivos</b>		<b>13,084,317,849</b>	<b>10,976,605,642</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital Social	24	2,775,999,645	2,483,520,645
Outras Componentes de Capital Próprio	24	234,520,933	157,250,976
Reserva legal	25	246,257,848	128,472,369
Lucros acumulados /(Prejuízos acumulados)		587,819,435	(160,442,384)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3,844,597,861</b>	<b>2,608,801,606</b>
<b>Total dos Passivos e do Capital Próprio</b>		<b>16,928,915,710</b>	<b>13,585,407,248</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital Social	Outras componentes do capital próprio	Total do Capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do capital próprio
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2020</b>	<b>2,395,968,000</b>	<b>244,803,621</b>	<b>2,640,771,621</b>	<b>63,315,843</b>	<b>(487,904,129)</b>	<b>2,216,183,335</b>
Aumento do capital social	87,552,645	(87,552,645)	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	392,618,271	392,618,271
Transferência para reservas legais	-	-	-	65,156,526	(65,156,526)	-
<b>Total de alterações</b>	<b>87,552,645</b>	<b>(87,552,645)</b>	<b>-</b>	<b>65,156,526</b>	<b>327,461,745</b>	<b>392,618,271</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2021</b>	<b>2,483,520,645</b>	<b>157,250,976</b>	<b>2,640,771,621</b>	<b>128,472,369</b>	<b>(160,442,384)</b>	<b>2,608,801,606</b>
Aumento em depósito de ações	-	369,748,957	369,748,957	-	-	369,748,957
Aumento do capital social	292,479,000	(292,479,000)	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	866,047,298	866,047,298
Transferência para reservas legais	-	-	-	117,785,479	(117,785,479)	-
<b>Total de alterações</b>	<b>292,479,000</b>	<b>77,269,957</b>	<b>369,748,957</b>	<b>117,785,479</b>	<b>748,261,819</b>	<b>1,235,796,255</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>2,775,999,645</b>	<b>234,520,933</b>	<b>3,010,520,578</b>	<b>246,257,848</b>	<b>587,819,435</b>	<b>3,844,597,861</b>
Nota	24	24	24	25		

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Caixa utilizado em operações	26	(564,657,466)	(22,144,046)
Imposto pago		(276,736,042)	(16,735,931)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais</b>		<b>(841,393,508)</b>	<b>(38,879,977)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	15	(49,446,035)	(11,467,531)
Investimento em títulos	14	(168,667,603)	(636,993,593)
Aquisição de activos intangíveis	17	(1,817,597)	(487,408,543)
Alienação de activos tangíveis		1,169,440	-
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>		<b>(218,761,795)</b>	<b>(1,135,869,667)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações (líquida de reembolsos)		82,874,796	361,000,000
Aumento líquido em empréstimos		1,782,804,703	772,986,396
Reembolso de empréstimos contraídos		(412,088,011)	8,614,936
Diminuição líquida em locações financeiras		(98,253,885)	(24,382,700)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento</b>		<b>1 353 586 626</b>	<b>1 068 218 632</b>
<b>Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>295 182 300</b>	<b>(106,531,012)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		434,841,806	541,372,818
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	28	<b>730,024,106</b>	<b>434,841,806</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.



## Políticas Contabilísticas Significativas

### Informação Corporativa

A Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Banco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias. O Banco está envolvido na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

### 1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e pelas disposições do aviso 4/GBM/2007 de 30 de Março de 2007. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excepto para a mensuração de certos instrumentos financeiros pelo justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas a seguir descritas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, Bayport qualifica-se como um Banco que está sujeito à Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

#### 1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

#### Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Banco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Banco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

#### Vida útil e valores residuais de activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. A vida útil dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao reavaliar a vida dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclo de vida dos produtos e programas de manutenção.

#### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de, Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto de Rendimento de Pessoas de Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco está sujeito. Não se espera que quaisquer correcções à base fiscal declarada em resultado destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

## 1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa (continuação)

### Activos por impostos diferidos

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro, face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

### Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

### Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na NIRF 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

### Locações de acordo com a NIRF 16

Os julgamentos críticos feitos sobre a aplicação da IFRS 16 incluem a identificação dos contratos de arrendamento e a razoabilidade em determinar se será exercida uma extensão ou uma opção de rescisão.

## 1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Banco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

O custo de um item de propriedade e equipamento é reconhecido como um activo quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Banco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em activos tangíveis, o valor contabilístico da parte substituída é desreconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Equipamento de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos



Obras em edifícios arrendados

Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)

## 1.2 Activos tangíveis (continuação)

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística.

Cada componente de um activo tangível que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente.

O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliado como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

### Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o item é desreconhecido.

## 1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Banco; e
- o custo do item possa ser fíavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo.

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza fluxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o método de amortização são revistos em cada data de relato.

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente.

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Software informático	3 - 7 anos

#### 1.4 Instrumentos financeiros

##### Classificação

O Banco classifica os activos e passivos financeiros segundo as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

O Banco pode fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

##### *Avaliação do modelo de negócios*

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido a um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem::

- As políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Banco;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- A frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

##### *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros*

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isto inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Banco considera:

- A taxa de juros cobrada aos clientes;
- A comissão de originação e a comissão de serviço cobradas aos clientes;
- Quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se existirem);
- Eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- Características de alavancagem;
- Termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- Termos que limitam a reivindicação do Banco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- características que modicam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).



#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, empréstimos e adiantamentos.

Se o modelo de negócio/ teste do SPPI (Classificação dos Instrumentos Financeiros-Somente pagamento de principal e juros) não for satisfeito, o activo financeiro seria classificados como justo valor através de lucros ou perdas.

##### Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

##### Mensuração subsequente

*Instrumentos de capital próprio designados como justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)*

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

##### *Custo amortizado*

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada do activo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contractuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, a taxa de juro efectiva ajustada é calculada utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juros efectiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

As comissões de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas em juros e outros rendimentos semelhantes.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

##### Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Banco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contracto, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Banco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contractuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.



#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo custos relacionados não amortizados e o valor pago para o mesmo é incluído na demonstração do rendimento integral.

##### Imparidade de activos financeiros

###### *Aumento significativo no risco de crédito*

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Banco utilizou a presunção refutável de vencidos à mais de 30 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

##### Risco de Crédito

O Banco acompanha o risco de crédito dos mutuários, utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias de atraso e de recapitalização. Os dias de atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e o rectificativo é calculado por referência ao histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de inadimplência utilizada na mensuração das perdas esperadas de crédito é consistente com a definição de inadimplência utilizada para fins de nossa gestão interna de risco de crédito. A política de gestão é utilizar a informação actual para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo em oposição aos dias em atraso devido a altos níveis de administração e atrasos concomitantes associados a deduções na folha de pagamento. A definição interna de inadimplência é utilizada em vez da presunção de 90 dias da NIRF 9.

###### *Definição de Incumprimento*

O Banco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Banco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Banco).

Independentemente da análise acima referida, o Banco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

##### Activos financeiros em imparidade

Em cada data de reporte, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro encontra-se em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está com imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

###### *Política de abate*

O Banco abate um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

##### *Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas*

O Banco reconhece as provisões para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes activos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

As indemnizações por perdas comerciais e outros créditos são sempre medidas num montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

O Banco classifica o empréstimo em 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

<b>Alocação de Estágios NIRF 9</b>	<b>Recência</b>	<b>Definição de Recência</b>
12-meses-ECL - O risco de crédito não aumentou significativamente desde que o reconhecimento inicial é baixo.	Desempenho Padrão	Nenhuma prestação em falta (NIRF 9 Estágio 1).
Cálculo da perda esperada (ECL)-ECL- Sem imparidade de Crédito. O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo.	Desempenho Activo (1-2)	Empréstimos que estão com desempenho activo, na folha de pagamento, e que fizeram o pagamento de uma ou de ambas as suas 2 prestações mais recentes previstas. Os empréstimos nesta categoria referem-se principalmente a empréstimos em atrasos por aspectos técnicos que geralmente ainda estão na folha de pagamento e, como consequência, evidenciam uma elevada propensão para o pagamento. (NIRF 9 Estágio 2).
	Desempenho Activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou mal parados (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2).
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Credito com imparidade - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos.	Crédito mal parado	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (NIRF 9 Estágio 3).



	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para Write-Off de créditos (abate ao ativo) sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (NIRF 9 Estágio 3).
--	------------------------------	---

A nota 32 apresenta os detalhes sobre gestão e medição do risco de crédito:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

#### Cliente e outros devedores

Contas a receber comerciais são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A provisão reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Cientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

#### Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

#### Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

#### Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 1.5 Imposto

#### Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.



## 1.5 Imposto (continuação)

### Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Banco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

### Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

### Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

## 1.6 Locações

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar a utilização de um bem identificado, o Banco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Banco tem o direito de controlar o uso do activo. O Banco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado.- Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Banco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:
  - O Banco tiver o direito de operar o activo; ou
  - O Banco concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Banco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação.

### Como locatário

O Banco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato do locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local onde este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

## 1.6 Locações (continuação)

### Como locatário (continuação)

O activo relativo do direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou ao até ao fim do prazo do locação. A vida útil estimada dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação que não são pagos no início descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Banco. Em geral, o Banco utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo, pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- Montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício de uma opção de compra que o Banco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Banco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na responsabilidade de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

### Locações de curto prazo e locações de bens de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Banco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.

## 1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Banco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Banco também:

- Testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzido à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.



## 1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

## 1.9 Benefícios dos empregado

### Benefícios de curto prazo-

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

### Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Banco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

## 1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- O Banco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- For provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- A obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
  - O negócio ou parte de um negócio em causa;
  - Os principais locais afectados;
  - A localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
  - Os gastos que serão realizados; e
  - Quando será implementado o plano; e
- Suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- Valor que seria reconhecido como provisão; e
- Valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências são divulgadas na Nota 29.



### 1.11 Rédito

#### Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos.

#### Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- Activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, o Banco aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial;
- Activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, o Banco aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juros efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro que é um activo financeiro comprado ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas.

#### Rendimentos de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através dos serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

*Comissões que são, cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo.*

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados.

*Receitas de taxas da prestação de serviços operacionais*

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

### 1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

### 1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos;
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

### **1.13 Custos de empréstimos obtidos (continuação)**

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- As despesas do activo foram incorridas;
- Os custos de empréstimos foram incorridos, e
- Quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

### **1.14 Conversão de moeda estrangeira**

#### **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a cambio de fecho;
- Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- Itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

### **1.15 Partes relacionadas**

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras.



## Notas às Demonstrações Financeiras

### 2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Banco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2021.

#### 2.1 Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, mas podem ter impacto nas contas de transacções ou acordos futuros.

- IFRS 4 Contratos de seguro - Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma da IBOR;
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma da IBOR;
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma da IBOR;
- IFRS 16 Locações - Emendas relativas a questões de substituição no contexto da reforma da IBOR.

#### 2.2 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

- NIRF 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro Emendas resultantes dos Melhoramentos Anuais às Normas NIRF 2018-2020 subsidiária como adoptante pela primeira vez (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022);
- NIRF 4 Contratos de seguro - Alterações relativas à data de expiração da abordagem diferida (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- NIRF 4 Contratos de seguro - Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas interbancárias oferecidas (IBOR) (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- NIRF 9 Instrumentos Financeiros - Emendas resultantes do melhoramento anual das normas NIRF 2018-2020 - taxas no teste "10 por cento" para o desconhecimento de passivos financeiros (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022);
- NIRF 9 Instrumentos Financeiros - Emendas resultantes do melhoramento anual das normas NIRF 2018-2020 - taxas no teste "10 por cento" para o desconhecimento de passivos financeiros (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022);
- IFRS 17 Contratos de Seguro - edição original (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IFRS 17 Contratos de Seguro - Emendas para responder às preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Emenda para adiar a data efectiva das emendas de Janeiro de 2020 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Alterações relativas à classificação das responsabilidades (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 8 Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros - Emendas relativas à definição de estimativas contabilísticas (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 12 - Imposto sobre o Rendimento - Emendas relativas ao imposto diferido sobre locações e obrigações de desmantelamento (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 16 Activos Fixos Tangíveis; Emendas que proíbem uma empresa de deduzir do custo do activo fixo tangível os montantes recebidos da venda de artigos produzidos enquanto a empresa prepara o activo para o seu uso pretendido (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022);
- IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes - Emendas relativas aos custos a incluir ao avaliar se um contrato é oneroso (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022).



## 2.2 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas (continuação)

Os administradores prevêem que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais com início nas respectivas datas, conforme indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação dessas alterações.

### 3. Juros e rendimentos similares

	2021	2020
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	4,247,060,987	3,553,316,681
Juros de empréstimos aos trabalhadores	532,826	497,634
Juros bancários e de títulos de investimento	122,995,306	89,651,931
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>4,370,589,119</b>	<b>3,643,466,246</b>

### 4. Juros e gastos similares

	2021	2020
Juros das obrigações	446,051,400	464,763,161
Juros de empréstimos e descobertos bancários	648,067,359	411,426,963
Juros de empréstimos dos accionistas	221,791,749	215,591,027
Juros de contratos de locação financeira	22,665,058	45,049,881
Juros de depósitos de clientes	448,549,701	383,033,500
<b>Total de juros e gastos similares</b>	<b>1,787,125,268</b>	<b>1,519,864,532</b>

### 5. Rendimentos líquidos de serviços e comissões

	2021	2020
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	86,764,762	76,320,578
<b>Gastos com serviços e comissões</b>	(88,909,008)	(96,414,844)
Gastos com serviços e comissões		
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	<b>(2,144,246)</b>	<b>(20,094,266)</b>

### 6. Operações financeiras líquidas

	2021	2020
<b>Diferenças de câmbio</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis (desfavoráveis)	134,971,929	(228,837,526)

### 7. Gastos com o pessoal

	2021	2020
Os gastos com o pessoal são como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	504,997,523	464,870,867
Contribuição para o INSS	8,587,751	9,793,255
<b>Total dos gastos com o pessoal</b>	<b>513,585,274</b>	<b>474,664,122</b>

## 8. Outros gastos operacionais

	2021	2020
Imposto de selo	3,370,126	3,955,538
Honorários Profissionais	331,389,350	257,515,557
Deslocações estadias	40,618,723	32,004,691
Comunicações	5,676,978	6,972,536
Aluguer de exploração	738,714	1,154,720
Publicidade	6,254,308	4,387,861
Combustível	2,804,278	3,017,657
Despesas de Representação	31,530	42,090
Seguros	5,383,034	5,890,086
Multas e penalidades	14,875,570	1,405,249
Segurança de instalações	6,594,527	8,525,061
Impressão e material de escritório	11,181,548	10,971,993
Manutenção e reparação	4,125,035	4,563,040
Outros	168,130,560	166,500,049
<b>Total de outros gastos operacionais</b>	<b>601,174,281</b>	<b>506,906,128</b>

## 9. Impostos sobre o rendimento

### 9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2021	2020
<b>Imposto corrente</b>		
Em relação ao exercício corrente	314,155,449	140,526,284
Imposto sobre o rendimento retido na fonte	23,887,046	16,635,931
<b>Total do imposto corrente</b>	<b>338,042,495</b>	<b>157,162,215</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Em relação ao exercício corrente	76,502,222	34,057,911
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>76,502,222</b>	<b>34,057,911</b>
<b>Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente</b>	<b>414,544,717</b>	<b>191,220,126</b>

### Reconciliação de gastos com impostos

	2021		2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		1,280,592,015		583,838,397
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32.00%	409,789,445	32.00%	186,828,286
<b>Correcções fiscais</b>				
Encargos não dedutíveis	4.47%	57,230,760	2.50%	91,473,781
Rendimentos dedutíveis	-11.94%	(152,864,756)	-2.12%	(26,802,973)
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	(110,972,810)
<b>Tributação</b>		<b>314,155,449</b>		<b>140,526,284</b>
Imposto sobre o rendimento retido na fonte		23,887,046		16,635,931
<b>Total do imposto corrente</b>		<b>338,042,495</b>		<b>157,162,215</b>
<b>Taxa de imposto efectiva</b>		<b>26.40%</b>		<b>26.92%</b>



### 9.2 Activos e passivos por impostos correntes

	2021	2020
Activos por impostos correntes (IRPC-Imposto por conta)	201,686	400,000
Activos por impostos correntes	(201,634,422)	(140,526,283)
	<b>(201,432,736)</b>	<b>(140,126,283)</b>
Em 1 de Janeiro	(140,126,283)	300,000
Imposto pago	276,736,042	100,000
Imposto corrente para o ano reconhecido na demonstração de rendimento intergral	(338,042,495)	(140,526,283)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>(201,432,736)</b>	<b>(140,126,283)</b>

### 9.3 Activos por impostos diferidos

Segue-se a análise dos activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira.

	2021	2020
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Taxas de depreciação aceleradas	9,525,327	10,820,228
Diferenças cambiais favoráveis (desfavoráveis) não realizadas	-	72,540,341
<b>Total de Activos por Impostos diferidos</b>	<b>9,525,327</b>	<b>83,360,569</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Diferenças cambiais favoráveis (desfavoráveis) não realizadas	(2,666,980)	-
<b>Total de Impostos diferidos</b>	<b>(2,666,980)</b>	<b>-</b>
<b>Activos e passivos por impostos diferidos</b>	<b>6,858,347</b>	<b>83,360,569</b>
<b>Reconciliação de activos por impostos diferidos</b>		
Em 1 de Janeiro	83,360,569	117,418,482
Taxas de depreciação aceleradas	(1,294,901)	3,768,255
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	(75,207,321)	73,146,642
Prejuízos fiscais disponíveis para dedução de rendimentos tributáveis futuros	-	(110,972,810)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>6,858,347</b>	<b>83,360,569</b>

Os activos por impostos diferidos relacionados com as perdas fiscais não realizadas foram totalmente utilizados para compensar os rendimentos imputáveis durante o ano.

	2021	2020
<b>Reconciliação dos prejuízos fiscais</b>		
Em 1 de Janeiro	-	346,790,031
Prejuízos fiscais utilizados	-	(346,790,031)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

	2021	2020
Activos correntes		
A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é a que se segue:		
Moeda nacional	491,106,145	282,769,581
	<b>491,106,145</b>	<b>282,769,581</b>

Os saldos detidos no Banco de Moçambique estão em conformidade com os requisitos regulamentares de manter reservas obrigatórias suficientes. A reserva obrigatórias mínimas exigida era de MZN 342.712.470 em 2021 (31 de Dezembro de 2020): MZN 238,178,988). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2021, conforme especificado na Circular 06/EMO/2021 do Aviso 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, estabelece que as instituições financeiras têm a obrigação de depositar um saldo médio de 10,5% dos seus depósitos de clientes em Moeda local e 36% dos depósitos em moeda estrangeira no final de cada período de apuramento (2020: 11,5% e 34% respectivamente). Estes depósitos obrigatórios não são remunerados. As reservas obrigatórias são restritas e não para uso diário pelo Banco e devem ser revistas mensalmente.

### 11. Depósitos em outras instituições financeiras

	2021	2020
Activos correntes		
Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:		
<b>Saldos de caixa</b>		
Dinheiro móvel disponível	6,643,412	7,209,794
<b>Saldos em depósitos bancários</b>		
Moeda nacional	292,868,773	144,237,933
Moeda estrangeira	32,137	994,051
<b>Total de saldos em depósitos bancários</b>	<b>292,900,910</b>	<b>145,231,984</b>
<b>Total de depósitos em outras instituições financeiras</b>	<b>299,443,630</b>	<b>152,441,778</b>

### 12. Empréstimos a adiantamentos a clientes

	2021	2020
Montante bruto dos empréstimos	14,431,395,611	11,16,676,317
Imparidade acumulada	(414,847,077)	(260,719,112)
<b>Empréstimos a adiantamentos a clientes</b>	<b>14,016,548,534</b>	<b>10,901,957,205</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Em 1 de Janeiro	260,719,112	244,650,811
Imparidade líquida reconhecida em resultados	162,685,048	218,886,356
Utilização das imparidades	(8,557,083)	(202,818,055)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>414,847,077</b>	<b>260,719,112</b>
Activos não correntes	9,434,419,153	9,434,419,153
Activos correntes	1,467,538,052	1,467,538,052
<b>Empréstimos a adiantamentos a clientes</b>	<b>14,016,548,534</b>	<b>10,901,957,205</b>

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 31.1.

À data do presente relatório não existiam empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho Administração.

### 13. Outros activos

	2021	2020
Despesas pré-pagas	13,918,149	19,235,777
Outros devedores	36,445,037	42,576,421
Imparidade acumulada	(18,333)	(49,055)
<b>Total de outros activos</b>	<b>50,344,853</b>	<b>61,763,143</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Em 1 de Janeiro	49,055	144,095
Imparidade líquida reconhecida em resultados	12,554	-
Inversão da provisão de imparidades	(43,276)	(95,040)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>18,333</b>	<b>49,055</b>
Os outros devedores decompõem-se como segue:		
Adiantamentos aos trabalhadores	4,394,547	4,374,080
Depósitos de caução	3,293,283	4,623,375
Consumíveis	-	50,000
Devedores diversos	28,757,207	33,528,966
<b>Total de outros devedores</b>	<b>36,445,037</b>	<b>42,576,421</b>
Devedores diversos incluem:		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	14,065,553	27,282,041
Outros	14,691,654	6,246,925
<b>Total de outros devedores</b>	<b>28,757,207</b>	<b>33,528,966</b>



#### 14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, foi efectuado o seguinte investimento financeiro:

		2021	2020
<b>Tipo de investimento</b>			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14,1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14,2	1,432,994,176	1,264,326,574
		<b>1,439,954,479</b>	<b>1,271,286,876</b>
Saldo inicial		1,271,286,876	634,293,283
Adições		4,590,637,635	3,556,299,074
Vencido		(4,421,970,032)	(2,919,305,481)
<b>Em 31 de Dezembro</b>		<b>1,439,954,479</b>	<b>1,271,286,876</b>

##### 14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0,50	63,275	6,327,548
Taxas de registo		-	-	632,754
		<b>0,50</b>	<b>63,275</b>	<b>6,960,302</b>

Em Setembro 2018, o Banco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Banco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento ao banco e a outras instituições de crédito O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser medido de forma fiável.

##### 14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

	2021	2020
Bilhetes de Tesouro	1,432,994,176	1,264,326,574

Os bilhetes do tesouro no valor de MZN 1.43 mil milhões de MZN (2020: MZN 1.26 milhões de meticais) têm maturidades que vão de 19 de Janeiro de 2022 a 17 de Março de 2022 e fazem parte da carteira de activos líquidos do banco em termos da regulamentação do Banco de Moçambique sobre o rácio de liquidez (Aviso 14/GBM/2017). Os juros obtidos durante o ano variaram entre 7,50% e 14,94% por ano. A estratégia do Banco é investir em títulos que tenham, a partir da data do investimento, maturidades não superiores a doze meses.

**15. Activos tangíveis**

<b>Custo</b>	<b>Móveis e e utensílios</b>	<b>Viaturas</b>	<b>Equipamento de escritório</b>	<b>Equipamento informático</b>	<b>Obras em edifícios arrendados</b>	<b>Activos em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>29,872,185</b>	<b>37,413,159</b>	<b>35,696,170</b>	<b>50,394,340</b>	<b>63,145,654</b>	<b>2,136,270</b>	<b>218,657,778</b>
Adições	203,306	4,880,000	657,139	4,461,675	1,265,411	-	11,467,531
Alienações	(41,820)	-	-	-	-	-	(41,820)
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>30,033,671</b>	<b>42,293,159</b>	<b>36,353,309</b>	<b>54,856,015</b>	<b>64,411,065</b>	<b>2,136,270</b>	<b>230,083,489</b>
Adições	700,188	18,719,829	1,966,389	24,791,396	3,268,233	-	49,446,035
Alienações	(1,089,436)	(7,340,000)	(646,210)	(138,959)	(6,122,479)	-	(15,337,084)
Transferências	-	-	-	34 154	-	(34,154)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>29,644,423</b>	<b>53,672,988</b>	<b>37,673,488</b>	<b>79,542,607</b>	<b>61,556,819</b>	<b>2,102,116</b>	<b>264,192,440</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>14,308,905</b>	<b>16,261,382</b>	<b>18,797,956</b>	<b>35,448,752</b>	<b>25,568,230</b>	-	<b>110,358,225</b>
Depreciação do exercício	6,524,717	5,999,583	7,626,859	10,217,307	12,009,609	-	42,378,075
Alienações	(41,820)	-	-	-	-	-	(41,820)
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>20,791,802</b>	<b>22,260,965</b>	<b>26,424,815</b>	<b>45,666,059</b>	<b>37,577,839</b>	-	<b>152,721,480</b>
Depreciação do exercício	3,578,456	9,535,934	5,810,771	11,987,155	10,019,484	-	40,931,799
Alienações	(740,571)	(6,777,500)	(525,347)	(138,048)	(5,167,574)	-	(13,349,040)
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>23,629,687</b>	<b>25,019,398</b>	<b>31,710,239</b>	<b>57,515,166</b>	<b>42,429,749</b>	-	<b>180,304,239</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>							
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>6,014,736</b>	<b>28,653,589</b>	<b>5,963,250</b>	<b>22,027,441</b>	<b>19,127,070</b>	<b>2,102,116</b>	<b>83,888,201</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>9,241,869</b>	<b>20,032,194</b>	<b>9,928,494</b>	<b>9,189,956</b>	<b>26,833,226</b>	<b>2,136,270</b>	<b>77,362,009</b>

#### 16. Activos sob direito de uso

O Banco arrenda edifícios para as suas operações. A informação sobre as locações para os quais o Banco é locatário, é apresentada abaixo:

<b>Custo</b>	<b>Locação de Espaço</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>269,452,712</b>	<b>269,452,712</b>
Adições	13,164,380	13,164,380
Abates	(6,298,449)	(6,298,449)
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>276,318,643</b>	<b>276,318,643</b>
Adições	66,718,838	(60,673,204)
Abates	(125,858,973)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>217,178,509</b>	<b>215,645,439</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>43,088,490</b>	<b>43,088,490</b>
Amortização do exercício	41,446,970	41,446,970
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>84,535,460</b>	<b>84,535,460</b>
Amortização do exercício	29,466,413	29,466,413
Cessação do Contrato de Locação	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>114,001,874</b>	<b>114,001,874</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>		
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>103,176,635</b>	<b>103,176,635</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>191,783,183</b>	<b>191,783,183</b>

#### 16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros de contratos de locação financeira	22,665,058	45,049,881
Amortização de um activo locado	29,466,413	41,446,970
Despesas relacionadas com locações de curto prazo	(432,280)	777,620
	<b>51,699,191</b>	<b>87,274,471</b>

#### 16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Total das saídas de caixa para locações	34,058,993	24,382,700



**17. Activos intangíveis**

<b>Custo</b>	<b>Software informático</b>	<b>Activo em desenvolvimento</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>30,771,285</b>	<b>60,132,213</b>	<b>90,903,498</b>
Adições	1,612,220	485,796,323	487,408,543
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>32,383,505</b>	<b>545,928,536</b>	<b>578,312,041</b>
Adições	1,817,597	-	1,817,597
Transferências	521,931,755	(521,931,755)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>556,132,857</b>	<b>23,996,781</b>	<b>580,129,638</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>9,430,721</b>	-	<b>9,430,721</b>
Amortização do exercício	6,598,416	-	6,598,416
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>16,029,137</b>	-	<b>16,029,137</b>
Amortização do exercício	129,374,282	-	129,374,282
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>145,403,419</b>	-	<b>145,403,419</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>			
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>410,729,439</b>	<b>23,996,781</b>	<b>434,726,220</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>16,354,368</b>	<b>545,928,536</b>	<b>562,282,904</b>

**18. Recursos de clientes**

Os recursos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Empresas</b>		
Depósitos a prazo	1,655,647,057	1,176,167,251
Contas correntes	12,817,139	67,034,791
<b>Particulares</b>		
Depósitos a prazo	1,872,506,171	1,507,854,199
Contas correntes	40,625,311	16,654,647
<b>Total de recursos de clientes</b>	<b>3,581,595,678</b>	<b>2,767,710,888</b>
<b>Análise de maturação</b>		
<b>Passivos correntes</b>		
Depósitos a prazo	3,468,377,604	2,652,870,484
Contas correntes	53,442,450	83,689,438
<b>Passivos não correntes</b>		
Depósitos a prazo	59,775,624	31,150,966
Contas correntes	-	-

**19. Recursos de instituições de crédito**

Passivos correntes

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Descobertos Bancários	60,525,669	369,553

O saldo de descobertos bancários refere-se a facilidades concedidas por outras instituições financeiras, por um período de um ano.

## 20. Outros passivos

Passivos correntes

	2021	2020
Contas a pagar	285,432,039	148,516,018
Imposto retido na fonte a pagar	131,850,439	120,033,794
Credores diversos e acréscimos de gastos	103,783,679	66,467,832
<b>Total de outros passivos</b>	<b>521,066,157</b>	<b>335,007,644</b>

## 21. Locação financeira

	2021	2020
<b>Análise de maturação</b>		
Até um ano	57,920,295	67,290,078
Mais de um ano até cinco anos	146,599,706	224,125,617
Mais de 5 anos	-	80,870,400
	<b>204,520,001</b>	<b>372,286,095</b>
Menos: encargos financeiros futuros	(77,047,638)	(146,559,847)
<b>Total de passivos por locação não descontados em 31 de Dezembro</b>	<b>127,472,363</b>	<b>225,726,248</b>
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos de locação devidos</b>		
Até um ano	36,461,033	36,886,206
Do segundo ao quinto ano, inclusive	91,011,330	188,840,042
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos das locações</b>	<b>127,472,363</b>	<b>225,726,248</b>
<b>Passivos não correntes</b>	91,011,330	188,840,042
<b>Passivos correntes</b>	36,461,033	36,886,206
	<b>127,472,363</b>	<b>225,726,248</b>

## 22. Empréstimos

	2021	2020
<b>Ao custo amortizado</b>		
Obrigações	2,617,735,537	2,534,860,741
Crédito de rendas	4,037,105,252	2,227,156,229
Custos de transacção	(71,890,990)	(44,746,670)
	<b>6,582,949,799</b>	<b>4,717,270,300</b>

(i) Os juros sobre as obrigações sêniores variam entre 16.00% a 20.00% por ano (2020: 14.01% a 22.50% por ano), com maturidade que varia de Abril de 2024 a Setembro de 2026.

(ii) Os juros sobre crédito rendas variam de 17.60% a 21.10% por ano (2020: 14.90% a 18.40% por ano), com maturidade que varia de Fevereiro de 2022 a Agosto de 2025.

	2021	2020
<b>Passivos não correntes</b>		
Ao custo amortizado	4,378,713,530	2,436,413,575
<b>Passivos correntes</b>		
Ao custo amortizado	2,204,236,269	2,280,856,725
<b>Total de empréstimos</b>	<b>6,582,949,799</b>	<b>4,717,270,300</b>

### 23. Empréstimos dos accionistas

	2021	2020
Empréstimos dos accionistas	1,695,333,386	2,423,760,000
Honorários de gestão	311,073,395	366,233,826
	<b>2,006,406,781</b>	<b>2,789,994,726</b>
<b>Análise de maturação</b>		
Passivos não correntes	1,695,333,386	2,423,760,000
Passivos correntes	311,073,395	366,233,826
	<b>2,006,406,781</b>	<b>2,789,994,726</b>

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd., encontram-se denominados em USD (2020: USD e Meticals). O empréstimo em USD cobria uma facilidade por um prazo de 10 anos de USD 22.500.000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que foi posteriormente convertido em capital próprio e os saldos remanescentes de USD 19,5 milhões (incluindo honorários profissionais de USD 8,6 milhões) foram convertidos em MZN com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma facilidade adicional no montante de USD 45,000,000, a uma taxa fixa de 4% ao ano. O empréstimo denominado em USD foi pago na totalidade em 2022.

(ii) Os Honorários de gestão são cobradas a uma taxa de 1.5% sobre empréstimos brutos concedidos aos clientes da Bayport, desde 16 de Novembro de 2016.

### 24. Capital Social

	Capital Social	Depósito para acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2020	2,395,968,000	244,803,621	2,640,771,621
Emissão de acções	87,552,645	(87,552,645)	-
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>2,483,520,645</b>	<b>157,250,976</b>	<b>2,640,771,621</b>
Depósito para acções	-	369,748,957	369,748,957
Emissão de acções	292,479,000	(292,479,000)	-
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>2,775,999,645</b>	<b>234,520,933</b>	<b>3,010,520,578</b>
		Nº. de acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2020		2,395,968	2,395,968
Emissão de acções		87,553	87,553
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>		<b>2,483,521</b>	<b>2,483,521</b>
Emissão de acções		292,479	292,479
<b>31 de Dezembro de 2021</b>		<b>2,776,000</b>	<b>2,776,000</b>

Durante o exercício, foram emitidas 292,479 acções ordinárias (2020: 87,553).

### 25. Reserva legal

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Banco deve afectar anualmente a uma reserva legal, nas seguintes proporções: a) 30%, quando as reservas formadas forem inferiores ao capital realizado; b) 15%, quando as reservas formadas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

Como resultado, em 2021, foi transferida uma reserva legal no montante de MZN 117.785.481 com base nos lucros realizados em 2020.

	2021	2020
Em 1 de Janeiro	128,472,369	63,315,843
Dotação do exercício	117,785,479	65,156,526
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>246,257,848</b>	<b>128,472,369</b>



## 26. Caixa utilizado em operações

	2021	2020
Lucro antes de impostos	1,280,592,015	583,838,397
<b>Ajustamentos:</b>		
Depreciações e amortizações	199,985,227	90,423,461
Lucro na alienação de activos não correntes detidos para venda	818,604	46,500
Ganhos/(perdas) não realizados em moeda estrangeira	(140,912,191)	227,588,754
Gastos com imparidade de crédito	168,334,981	255,347,178
<b>Variações no capital circulante:</b>		
Aumento de outros devedores	85,451,846	109,884,885
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(3,268,755,945)	(2,096,776,965)
Aumento das contas a pagar	295,943,208	169,130,780
Aumento em depósitos de clientes	813,884,790	638,372,964
<b>Caixa utilizado em operações</b>	<b>(564,657,466)</b>	<b>(22,144,046)</b>

## 27. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

### Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2021

	Saldo inicial	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	225,726,248	-	22,665,058	(120,918,942)	127,472,363
Empréstimos	4,717,270,300	-	971,183,773	894,495,726	6,582,949,799
Empréstimos dos accionistas	2,423,760,000	(67,982,005)	204,46,013	(864,691,525)	1,695,333,384
<b>Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento</b>	<b>7,366,757,448</b>	<b>(67,982,005)</b>	<b>1,198,094,844</b>	<b>(91,114,740)</b>	<b>8,405,755,546</b>

### Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2020

	Saldo inicial	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	243,243,016	-	6,865,932	(24,382,700)	225,726,248
Empréstimos	3 622,671,111	-	10,612,793	1,083,986,396	4,717,270,300
Empréstimos dos accionistas	2 253,746,647	161,399,334	77,420,409	(68,805,490)	2,423,760,900
<b>Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento</b>	<b>6 119,660,774</b>	<b>161,399,334</b>	<b>94,899,134</b>	<b>990,798,206</b>	<b>7,366,757,448</b>

## 28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

		2021	2020
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	491,106,145	282,769,581
Depósitos em outras instituições financeiras	11	299,443,630	152,441,778
Recursos de instituições de crédito	19	(60,525,669)	(369,553)
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>730,024,106</b>	<b>434,841,806</b>

## 29. Passivos contingentes

Os seguintes compromissos e contingências estavam presentes na data do relatório:

### Empréstimos

Os contratos de empréstimo a prazo de mutuantes externos incluem garantias contra a nossa carteira de empréstimos em caso de incumprimento. A gestão não prevê qualquer evento de incumprimento num futuro próximo.

### Locações

A entidade celebrou vários contratos de locação que estão detalhados na Nota 21.

### Litígios

Os passivos contingentes de processos pendentes a longo prazo estão estimados em MZN 1,042,704, e este processo encontra-se ainda em finalização.

## 30. Partes relacionadas

	2021	2020
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited	Actvest (Proprietary) Limited
Accionista	Whatana Investments, S.A	Whatana Investments, S.A
Administradores	Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Suzzete Jose Dalsuco Nazir Bhikha Edgar Baloi	Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Suzzete Jose Dalsuco Nazir Bhikha Edgar Baloi
Conselho Fiscal	CW Ducker	CW Ducker

### 30.1 Saldo de partes relacionadas

	2021	2020
<b>Montante devido a partes relacionadas</b>		
Bayport Management Ltd (Empréstimo)	1,695,333,386	2,423,760,900
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	311,073,395	366,233,826
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperações de custos)	814,491	408,762
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários de Gestão)	235,242,704	110,894,794

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 23.

### 30.2 Transacções com partes relacionadas

	2021	2020
<b>Bayport Management Ltd</b>		
Juros pagos	221,791,749	215,591,027
Honorários por serviços profissionais	188,301,467	150,560,421
<b>Actvest (Proprietary) Limited</b>		
Honorários por serviços profissionais	140,817,092	119,789,850
<b>Whatana Investments, S.A</b>		
Remunerações dos administradores	23,367,934	22,553,852
<b>Remuneração dos administradores</b>		
Remuneração dos administradores	2,286,278	4,430,454

### 30.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da Gestão

	2021	2020
Benefícios de curto prazo ao pessoal	33,329,879	29,156,758
Benefícios pós-emprego	909,988	1,162,138
<b>Total</b>	<b>34,239,867</b>	<b>30,318,896</b>

Benefícios a curto prazo dos empregados, ajustados para incluir a remuneração e as contribuições da empresa não relacionadas com a pensão para 2020. O banco também contribui para o fundo de pensões do INSS em relação aos benefícios pós-emprego. Não houve outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego ou pagamentos com base em acções incorridos em 2021 ou 2020.

### 31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O comité de auditoria, risco e conformidade é responsável pela gestão do risco, incluindo a definição do quadro de gestão do risco, a definição do apetite pelo risco e o controlo da gestão de risco do Banco, incluindo o crédito e a conformidade.

#### 31.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Banco. Os principais risco de crédito a que o Banco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Banco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Banco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

#### Gestão e mensuração de risco de crédito

O Banco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 60 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais. Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

As cobranças das prestações são feitas através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento (EAD na sigla Inglesa) e perda dado o incumprimento (LGD na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dado o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Banco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Banco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.



### 31.1 Risco de crédito (continuação)

#### Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

Em 31 Dezembro de 2021	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade**	12,566,724,145	36,445,037	1,439,954,479	14,043,123,661
Vencido mas não em imparidade	1,727,656,042	-	-	1,727,656,042
Em imparidade	276,393,957	-	-	276,393,957
Dedução da imparidade	(414,847,077)	(18,333)	-	(414,865,410)
	<b>14,155,927,067</b>	<b>36,426,704</b>	<b>1,439,954,479</b>	<b>15,632,308,250</b>

31 de Dezembro de 2020	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	9,842,323,755	42,526,421	1,271,286,876	11,156,137,052
Vencido mas não em imparidade	1,110,445,685	-	-	1,110,445,685
Em imparidade	99,533,035	-	-	99,533,035
Dedução da imparidade	(260,719,112)	(49,055)	-	(260,768,167)
	<b>10,791,583,363</b>	<b>42,477,366</b>	<b>1,271,286,876</b>	<b>12,105,347,605</b>

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

#### Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade é a seguinte:

	2021	2020
<b>Vencido até</b>		
1 mês	867,854,200	437,841,937
1-2 meses	258,068,622	172,684,280
2-3 meses	147,010,051	111,185,680
3-4 meses	100,307,082	74,848,520
Mais de 4 meses	354,416,086	313,885,268
<b>Empréstimos vencidos mas não em imparidade</b>	<b>1,727,656,042</b>	<b>1,110,445,685</b>

#### Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Banco é imaterial.

#### Reconciliação das perdas por imparidade

	Estágio 1 Perdas por imparidade para 12 meses	Estágio 2 Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Estágio 3 Activos financeiros por imparidade	Total
Em 1 de Janeiro de 2020	59,574,456	52,034,242	133,186,208	244,794,906
Originações	33,727,548	34,189,887	8,306,231	76,223,665
Movimentos da carteira existente	(14,447,646)	91,517,057	95,450,429	172,519,840
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(13,416,731)	(8,202,613)	(8,381,901)	(30,001,245)
Abates	-	-	(202,818,055)	(202,818,055)
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>65,437,627</b>	<b>169,538,573</b>	<b>25,742,912</b>	<b>260,719,112</b>
Originações	38,207,111	44,662,051	19,910,011	102,779,173
Movimentos da carteira existente	(20,697,644)	4,176,108	181,668,617	165,147,080
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(20,761,547)	(35,840,124)	(9,726,219)	(66,327,889)
Abates	-	-	(47,470,399)	(47,470,399)
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>62,185,547</b>	<b>182,536,608</b>	<b>170,124,922</b>	<b>414,847,077</b>

### 31.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2021	2020
<b>Activos financeiros</b>		
<b><u>Ao custo amortizado</u></b>		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	491,106,145	282,769,581
Depósitos em outras instituições financeiras	299,443,630	152,441,778
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	14,155,927,067	10,791,534,310
Outros activos	36,463,370	42,525,146
Outros activos financeiros	1,432,994,176	1,264,326,574
<b><u>Ao justo valor através de outro rendimento integral</u></b>		
Outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302
<b>Total de Activos financeiro</b>	<b>16,422,894,690</b>	<b>12,540,557,691</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b><u>Ao custo amortizado</u></b>		
Recursos de clientes	3,581,595,678	2,767,710,888
Recursos de instituições de crédito	60,525,669	369,553
Outros passivos	521,066,157	208,162,887
Locação financeira	127,472,363	225,726,248
Empréstimos*	6,654,840,789	4,762,016,970
Empréstimos dos accionistas	2,006,406,781	2,789,994,726
<b>Total de Passivos financeiros</b>	<b>12,951,907,437</b>	<b>10,753,981,272</b>

\* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

### 31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Banco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

### 31.4 Risco de liquidez

O quadro abaixo analisa os activos e passivos por grupos de maturidade relevantes com base no período restante na demonstração da posição financeira até à data de maturidade contratual. A soma dos saldos representados na análise de maturidade não se reconcilia com o valor contabilístico do activo/passivo, conforme divulgado na demonstração da posição financeira. Isto porque os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A correspondência e o desencontro controlado dos prazos de vencimento e das taxas de juro dos activos e passivos é fundamental para a gestão da entidade. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, os passivos remunerados à medida que vencem, são factores importantes para avaliar a liquidez da entidade e a sua exposição a alterações nas taxas de juro e de câmbio.

### 31.4 Risco de liquidez (continuação)

<b>Em 31 Dezembro de 2021</b>				
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidades no Banco Central	491,106,145	-	-	491,106,145
Depósitos em outras instituições financeiras	299,443,630	-	-	299,443,630
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,526,096,455	4,453,685,440	17,952,434,553	23,932,216,448
Outros activos	36,463,370	-	-	36,463,370
Outros activos financeiros	1,432,994,176	-	-	1,432,994,176
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>3,786,103,776</b>	<b>4,453,685,440</b>	<b>17,952,434,553</b>	<b>26,192,223,769</b>
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>Total</b>
Recursos de clientes	558,613,382	3,234,355,584	64,004,805	3,856,973,770
Recursos de instituições de crédito	60,525,669	-	-	60,525,669
Outros passivos	521,066,157	-	-	521,066,157
Empréstimos	1,385,796,368	1,635,872,006	6,192,776,363	9,214,444,737
Empréstimos dos accionistas	441,895,288	518,342,899	1,655,334,898	2,615,573,085
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>2,967,896,864</b>	<b>5,388,570,489</b>	<b>7,912,116,066</b>	<b>16,268,583,418</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>818,206,912</b>	<b>(934,885,049)</b>	<b>10,040,318,487</b>	<b>9,923,640,351</b>
<b>31 de Dezembro de 2020</b>				
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidades no Banco Central	282,769,581	-	-	282,769,581
Depósitos em outras instituições financeiras	152,441,778	-	-	152,441,778
Empréstimos a adiantamentos a clientes	996,789,705	3,856,588,405	16,291,427,940	21,144,806,050
Outros activos	42,525,146	-	-	42,525,146
Outros activos financeiros	567,104,166	700,446,688	-	1,267,550,854
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>2,041,630,376</b>	<b>4,557,035,093</b>	<b>16,291,427,940</b>	<b>22,890,093,409</b>
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>Total</b>
Recursos de clientes	891,925,210	2,000,137,864	34,843,260	2,926,906,334
Recursos de instituições de crédito	369,554	-	-	369,554
Outros passivos	208,162,887	-	-	208,162,887
Locação financeira	16,585,222	48,654,256	278,889,066	344,128,544
Empréstimos	485,270,625	2,588,445,743	4,068,786,473	7,142,502,841
Empréstimos dos accionistas	424,593,682	175,079,568	3,315,911,269	3,915,584,519
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>2,026,907,180</b>	<b>4,812,317,431</b>	<b>7,698,430,068</b>	<b>14,537,654,679</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>14,723,196</b>	<b>(255,282,338)</b>	<b>8,592,997,872</b>	<b>8,352,438,730</b>

### 31.5 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças nas variáveis de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. O risco dos preços das acções não se aplica ao Banco.



### 31.6 Risco de taxa de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

#### Análise de sensibilidade - Aumento/diminuição de 10% na margem de juros líquida

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juros de mercado que afectam as receitas ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado que afectam as receitas ou despesas de juros em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes forem reconhecidos pelo seus justos valores;
- As alterações nas taxas de juro terão um efeito nos activos e passivos sensíveis a juros e, por conseguinte, a modelização de simulação é aplicada a instrumentos financeiros que são cotados a taxas de juro variáveis;
- As projecções incluem outros pressupostos, incluindo todas as posições executadas até à maturidade.

A tabela abaixo apresenta impacto no lucro corrente e o capital próprio de uma redução ou aumento paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início no exercício financeiros com início em 1 de Janeiro de 2021 e 1 de Janeiro de 2020.

Em 31 Dezembro de 2021	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Lucro do exercício	866,047,298	928,347,049	803,747,547
Capital próprio	3,844,597,858	3,890,778,184	3,766,178,682

Em 31 de Dezembro de 2020	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Lucro do exercício	392,618,271	370,733,402	414,503,140
Capital próprio	2,608,801,606	2,586,916,737	2,630,686,475

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuirá os lucros após imposto do Banco e o capital próprio em MZN 62,299,751 (31 de Dezembro de 2020: MZN 21,884,869) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

### 31.7 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizados e os lucros acumulados. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco não está sujeito a nenhum requisito de capital externamente imposto.

A estrutura de capital do Banco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 21 e 22, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 23, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Banco monitora o capital em função do rácio de alavancagem.

### 31.8 Risco cambial

O Banco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Banco é a seguinte:

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
<b>Em 31 Dezembro de 2021</b>					
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades no Banco Central e depósitos junto de outras instituições	790,517,638	29,613	2,524	-	790,549,775
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	14,155,927,067	-	-	-	14,155,927,067
Outros activos	36,463,370	-	-	-	36,463,370
Outros activos financeiros	1,439,954,479	-	-	-	1,439,954,479
<b>Total de Activos financeiro</b>	<b>16,422,862,554</b>	<b>29,613</b>	<b>2,524</b>	<b>-</b>	<b>16,422,894,691</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de clientes	3,581,595,678	-	-	-	3,581,595,678
Recursos de instituições de crédito	60,525,669	-	-	-	60,525,669
Outros passivos	284,859,133	235,242,704	814,491	149,829	521,066,157
Locação financeira	127,472,363	-	-	-	127,472,363
<b>Empréstimos*</b>	<b>6,654,840,789</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,654,840,789</b>
Empréstimos dos accionistas	-	2,006,406,781	-	-	2,006,406,781
<b>Total de Passivos financeiros</b>	<b>10,709,293,632</b>	<b>2,241,649,485</b>	<b>814,491</b>	<b>149,829</b>	<b>12,951,907,437</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>5,713,568,922</b>	<b>(2,241,619,872)</b>	<b>(811,967)</b>	<b>(149,829)</b>	<b>3,470,987,254</b>

\* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>					
Total de Activos financeiro	12,539,519,223	1,035,779	2,688	-	12,540,557,690
Total de Passivos financeiros	(9,369,227,318)	(1,384,345,192)	(408,762)	-	(10,753,981,272)
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>3,170,291,905</b>	<b>(1,383,309,413)</b>	<b>(406,074)</b>	<b>-</b>	<b>1,786,576,418</b>

O objectivo do processo de gestão de risco cambial do Banco é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

#### Riscos cambiais - apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical;
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes;
- A moeda base em que os negócios do Banco são realizados é o Metical.

### 31.8 Risco cambial (continuação)

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro do exercício corrente e o capital próprio de uma redução 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2021 e 1 de Janeiro de 2020 respectivamente.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

<b>Em 31 Dezembro de 2021</b>	<b>Montante</b>	<b>Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN</b>	<b>Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN</b>
Lucro do exercício	866,047,298	903,304,705	828,789,890
Capital próprio	3,844,597,858	3,881,855,266	3,807,340,451

<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>Montante</b>	<b>Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN</b>	<b>Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN</b>
Lucro do exercício	392,618,271	486,781,540	298,455,002
Capital próprio	2,608,801,606	2,702,964,875	2,514,638,337

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após impostos e o capital próprio em MZN 37,258,583 (31 de Dezembro de 2020 em MZN 94,163,269), e uma depreciação em MZN diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio pelo mesmo valor.

### 32. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

### 33. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Banco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mesurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau em que o valor justo é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique);

Nível 2: Inputs, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3: Inputs para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

**Justo valor de activos e passivos financeiros do Banco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente.**

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.



### 33. Mensuração do justo valor (continuação)

#### Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias)

O Banco avalia pelo modelo do valor actual líquido para obter o valor justo das Obrigações do Tesouro em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	Em 31 Dezembro de 2021		Em 31 de Dezembro de 2020	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Investimentos financeiros	1,432,994,176	1,432,994,176	1,264,326,574	1,264,326,574
- Empréstimos a adiantamentos a clientes**	14,155,927,067	14,155,927,067	10,791,485,256	10,791,485,256
<b>Ao justo valor através de outro rendimento integral</b>				
- Investimentos financeiros	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	<b>15,595,881,545</b>	<b>15,595,881,545</b>	<b>12,062,772,132</b>	<b>12,062,772,132</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivo financeiro ao custo amortizado</b>				
- Recursos de clientes	3,581,595,678	3,581,595,678	2,767,710,888	2,767,710,888
- Locação financeira	127,472,363	127,472,363	225,726,248	225,726,248
- Empréstimos*	6,654,840,789	6,654,840,789	4,762,016,970	4,762,016,970
- Empréstimos dos accionistas	2,006,406,781	2,006,406,781	2,789,994,726	2,789,994,726
	<b>12,370,315,611</b>	<b>12,370,315,611</b>	<b>10,545,448,832</b>	<b>10,545,448,832</b>

\* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

**33. Mensuração do justo valor (continuação)**

<b>Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2021</b>	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos a adiantamentos a clientes	-	-	14,155,927,067	14,155,927,067
- Outros activos financeiros	-	-	1,432,994,176	1,432,994,176
<b>Ao justo valor através de outro rendimento integral</b>				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
<b>Total</b>	-	-	<b>15,595,881,545</b>	<b>15,595,881,545</b>

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Recursos de clientes	-	-	3,581,595,678	3,581,595,678
- Locação financeira	-	-	127,472,363	127,472,363
- Empréstimos	-	-	6,654,840,789	6,654,840,789
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,006,406,781	2,006,406,781
<b>Total</b>	-	-	<b>12,370,315,611</b>	<b>12,370,315,611</b>

<b>Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2020</b>	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos a adiantamentos a clientes	-	-	10,791,485,256	10,791,485,256
- Outros activos financeiros	-	-	1,264,326,574	1,264,326,574
<b>Ao justo valor através de outro rendimento integral</b>				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
<b>Total</b>	-	-	<b>12,062,772,132</b>	<b>12,062,772,132</b>

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Recursos de clientes	-	-	2,767,710,888	2,767,710,888
- Locação financeira	-	-	225,726,248	225,726,248
- Empréstimos	-	-	4,762,016,970	4,762,016,970
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,789,994,726	2,789,994,726
<b>Total</b>	-	-	<b>10,545,448,832</b>	<b>10,545,448,832</b>

### 34. Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que a Bayport:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A Bayport cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo do capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Banco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

Números em meticais	2021	2020
<b>Fundos próprios de base (Tíer I)</b>		
Capital social realizado	2,775,999,645	2,483,520,645
Reserva legal	246,257,848	128,472,368
Reservas elegíveis e resultados transitados	(278,227,866)	(553,060,653)
Activos intangíveis	(434,726,219)	(562,282,901)
Gap na imparidade de crédito	(481,008,964)	(328,265,867)
<b>Fundos próprios de base (Tíer I)</b>	<b>1,828,294,444</b>	<b>1,168,383,592</b>
<b>Fundos próprios complementares (Tíer II)</b>		
Outros	(1,459,495)	1,195,743
<b>Fundos próprios complementares (Tíer II)</b>	<b>(1,459,495)</b>	<b>1,195,743</b>
<b>Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)</b>	<b>1,826,834,949</b>	<b>1,169,579,335</b>
<b>Activos Ponderados pelo Risco (APR)</b>		
Risco de crédito	11,675,962,117	9,565,941,461
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	244,127,981	197,682,596
	<b>11,920,090,098</b>	<b>9,763,624,057</b>
Rácios de adequação de Capital		
Tíer I	15.34%	11.97%
Tíer II	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	15.35%	11.98%
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%



### **35. Impacto da Covid-19**

A COVID-19 interrompeu a circulação de pessoas e bens em todo o mundo, bem como afectou a rentabilidade e a viabilidade a longo prazo de muitas entidades. Embora tenha havido uma melhoria geral na economia global em 2021, os efeitos do Covid-19 ainda se fazem sentir na maioria dos sectores económicos. Isto inclui perturbações na cadeia de fornecimento, alterações na procura de bens e serviços, bem como a incerteza das futuras restrições impostas pelo governo às operações.

Durante o ano de 2020, bloqueios generalizados e restrições de movimento devido à pandemia da COVID-19 afectaram significativamente a actividade económica. Muitas entidades enfrentaram significativas quebras nas receitas, rentabilidade e liquidez. No início de 2021, os efeitos continuados da pandemia foram sentidos com algumas jurisdições a enfrentarem novas vagas da pandemia. Felizmente, durante a última parte de 2021, à medida que os efeitos da pandemia recuaram, muitas economias experimentaram uma recuperação na actividade. Contudo, subsistem ainda muitas incertezas no que diz respeito ao possível curso futuro da pandemia e dos seus efeitos, incluindo as rupturas da cadeia de abastecimento em curso a nível mundial.

A Gestão avaliou o impacto do Covid-19 no desempenho financeiro do banco;

#### **Incerteza da continuidade de negócios**

##### Impacto nas operações comerciais e no cliente

A avaliação da gestão é que o Banco continuará a funcionar como uma empresa em funcionamento pleno, apesar dos impactos negativos da pandemia que afectou as operações comerciais, da restrição dos movimentos dos agentes para chegar aos clientes, bem como das restrições aos movimentos dos funcionários (embora menos rigorosas do que em 2020). A gestão registou um crescimento da quota de mercado, um aumento da rentabilidade reflectido no aumento do lucro líquido entre 2020 e 2021 de MZN 392,62 milhões para MZN 866,05 milhões, bem como nas taxas de aquisição e retenção de clientes.

A Gestão está consciente de que as expectativas dos clientes estão em constante mudança e exigem uma melhor qualidade de serviço e continuará a impulsionar vários elementos, tais como a introdução de novos produtos que satisfaçam as necessidades dos clientes, tal como foi feito em 2021, a fim de impulsionar a satisfação e experiência do cliente. A gestão adoptou adicionalmente novas tecnologias, tais como, a digitalização da função de originação do empréstimo como meio de modernização e melhoria da eficiência no processamento do empréstimo e do tempo de resposta no processamento do empréstimo.

##### Impacto sobre os trabalhadores

O Banco vê o capital humano como o recurso mais importante e adopta uma estratégia para assegurar o bem-estar dos empregados e o desenvolvimento de competências críticas. Os empregados foram bem instruídos sobre o mecanismo de prevenção da covid-19 em 2020 e 2021. A Gestão tem prestado mais atenção aos planos de sucessão de empregados para assegurar a continuação da eficiência, motivação e retenção da força de trabalho. Foram implementados turnos de trabalho para assegurar um distanciamento social seguro e evitar a propagação da Covid-19 na força de trabalho.

O Banco abraçou o projecto UNIVAX, que foi uma iniciativa do sector privado para a compra conjunta de vacinas para os seus funcionários em colaboração com o Ministério de Saúde da Saúde. Através deste projecto, Bayport foi capaz de administrar a vacina a todos os colaboradores que estavam dispostos a se vacinar e seus dependentes. A Gestão acredita que é como resultado desta iniciativa que apesar de ter registado 43 casos positivos de Covid-19 em 2021 e 15 em 2020, nenhum pessoal perdeu a vida.

##### Contenção de custos

A gestão implementou estratégias de contenção de custos em 2020 e 2021 para diminuir o impacto da Covid-19 na rentabilidade e liquidez e para assegurar que a maior parte da atenção se concentrasse em operações comerciais críticas. Na sequência da pandemia de Covid-19, a necessidade de implementação de estratégias eficazes de contenção de custos aumentou significativamente, o que ajudou a gerir os efeitos de Covid-19, que eram em grande parte novos e incertos.

#### **Imparidade de activos financeiros e não financeiros;**

Devido ao facto de deduzirmos na fonte e só emprestarmos a funcionários públicos com o governo a continuar a pagar salários sem falhas, a Covid-19 teve um impacto insignificante na diminuição dos activos.

### **36. Eventos após o período de relato**

Não se registaram acontecimentos significativos materiais após a data do relatório que exijam divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2021 e 2020.